



Anais da Assembléia

Nº 185

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Selême; PSC – 01: Jocelito Canto.

**1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 038.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO N.^o 3927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, queria, novamente constatando que não se encontram aqui para que possamos votar, embora o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti tenha relatado, não se encontra aqui na mesa de trabalho dos Senhores Deputados a Ordem do Dia.

Então pediria a Vossa Excelência o encerramento desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Ordem do Dia já está sendo distribuída e inclusive Vossa Excelência tem uma em mãos.

Vamos para a votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 261/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que cria o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.. Aprovado.

ITEM 02

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 333/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que institui nas escolas estaduais de 1.^o e 2.^o graus, a matéria sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. E C.S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 380/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.^o 053/95, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1996. PARECER FAVORÁVEL DA C.O. COM SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 381/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.^o 054/95, que aprova o Plano Plurianual para o período de 1996 a 1999. PARECER FAVORÁVEL DA C.O. COM SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 059/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a redação da Resolução n° 016/95, que autorizou a realização de plebiscito, para a criação do Município de Bela Vista da Carova. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 527/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Prado Ferreira, desmembrado do Município de Miraselva. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 174, de 04.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 527/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, tem por objetivo criar o Município de Prado Ferreira, desmembrando-o do Município de Miraselva.

Realizado o plebiscito, em conformidade com a Lei Complementar n° 56, a população da área a ser desmembrada se manifestou favoravelmente à criação do município.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 538/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que anexa ao Município de Balsa Nova, áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, anteriormente pertencentes ao Município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 177, de 06.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 538/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo anexar ao Município de Balsa Nova áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, anteriormente pertencentes ao Município da Lapa.

Analisando sob o aspecto legal,

constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 547/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá, com sede e foro em Praia de Leste. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, com voto contrário do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni. (Publ. no D.A. n° 181, de 11.12.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 547/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo criar o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá, com sede em Praia de Leste.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e após ter sido realizado plebiscito onde a população decidiu favoravelmente à criação do município, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que transfere Área Territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, conforme plebiscito realizado em 03.12.95, com as divisas que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 181, de 11.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 548/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Toti Colaço, tem por objetivo transferir área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, conforme plebiscito realizado em 03.12.95, com as divisas que especifica.

Uma vez tendo sido realizado o plebiscito, esta Comissão de Constituição e Jus-

tiça nada encontrou, sob o aspecto legal, constitucional e regimental, que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SILVESTRI - Relator.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 054/95 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. nº 147, de 30.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/95

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito objetivo a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, conforme específica.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/95

VOTO EM SEPARADO

A matéria em exame, de autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu.

O projeto de resolução se refere à transferência de área territorial, procedimento este que era regulado em capítulo distinto da fusão e do desmembramento na Lei Complementar nº 27, de 06 de janeiro de 1986, sendo que essa legislação orientava a criação de novas municipalidades antes da edição da Lei Complementar nº 56/91.

Entretanto, o artigo 1º da Lei Complementar nº 56/91 é bastante claro e dispõe que "a criação, incorporação, fusão e desmembramento de município, depende de lei

estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, nesta lei e de consulta às populações".

Grifamos a palavra incorporação porque esta significa a transferência integral ou de parte do território de um Município para outro, segundo bem definiu o nobre Deputado Nelson Justus no projeto de lei complementar que apresentou na legislatura passada objetivando melhor reger a criação de novos municípios.

José Afonso da Silva, em sua obra "Curso de Direito Constitucional Positivo", analisando a Constituição Federal, traz a seguinte lição (página 451): "Outro aspecto que mostra que os Municípios continuam a ser divisões dos Estados acha-se no fato de que sua criação, incorporação, fusão e desmembramento far-se-ão por lei estadual, segundo requisitos previstos em lei complementar também estadual (art. 18, parágrafo quarto), e dependerão de plebiscito (que é sempre consulta prévia) das populações diretamente interessadas."

O autor não elencou a modalidade transferência de área territorial de um município para outro porque a opção está contemplada no conceito de "incorporação".

A Lei Complementar nº 56/91 não revogou expressamente a Lei Complementar nº 27/86 e, na forma do que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, que regula a vigência da lei no espaço e no tempo, "a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior" (art. 2º, parágrafo primeiro) e, ainda, "a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior" (art. 2º, parágrafo segundo). Apesar da Lei Complementar nº 27/86 ter disposições semelhantes às disposições da Lei Complementar nº 56/91, esta, em sua maior parte, regulou novamente a matéria.

Entretanto, algumas partes da Lei Complementar nº 27/86 continuam em vigor e em razão dessa vigência parcial, o projeto de resolução em exame deixou de cumprir o disposto no artigo 11 da Lei Complementar nº 27/86, com o seguinte conteúdo:

"Art. 11 - A transferência de área, de que trata o artigo 9º, dependerá sempre de aprovação das câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros".

Considerando que a transferência de parte da área territorial de um município para outro também está disciplinada na Lei Complementar nº 56/91. Assim, discordamos

do parecer favorável exarado pelo relator em razão da ausência, no processo, dos seguintes documentos, além é claro, da resolução aprovada pela Câmara Municipal de Campo Largo:

1 - as assinaturas de representação não estão com as firmas reconhecidas;

2 - memorial descritivo e mapa da área a ser incorporada;

3 - certidão do IBGE, com o número de habitantes e de casas na área a ser incorporada pelo município de Itaperuçu, bem como o número de habitantes do município de Campo Largo e o número de casas na sede urbana, comprovando que o município de origem não perderá as características mínimas exigidas por lei;

4 - certidão do TRE informando sobre o número de eleitores da área a ser incorporada por Itaperuçu.

Em face do exposto, solicitamos sejam efetivadas diligências a fim de complementar a documentação necessária para a normal tramitação do Projeto de Resolução nº 54/95.

Sala das Comissões, em 14.11.95

(a) EMERSON NERONE.

A Presidência anuncia - claro que se for convocado extraordinariamente - projeto da COPEL para segunda-feira.

Concedo a palavra pela Ordem ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu acho que a vida parlamentar é de dois pesos e duas medidas.

Muitas vezes, como Líder da Bancada do PMDB, em Questões de Ordem a gente tem que contestá-lo pela celeridade com que Vossa Excelência tenta colocar matérias.

Eu me sinto na obrigação de, no dia de hoje, cumprimentar a Mesa, cumprimentar Vossa Excelência pela colocação na segunda-feira desse tão importante projeto, para que a gente possa discutí-lo com profundidade e fazer o melhor pelo Estado do Paraná.

Parabéns à Mesa, em nome da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Concedo a palavra pela Ordem ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero comunicar a esta Casa e aos colegas Parlamentares que logo mais, juntamente com o Deputado Edgar Bueno estarei me filiando ao PDT.

E na oportunidade, quero agradecer aos companheiros da Bancada do PSDB, agradecer pela lição de companheirismo, pelo altruísmo e deixar aqui registrado a

homenagem a todos os colegas, e na oportunidade afirmar a esta Casa a nossa disposição de continuar trabalhando junto para que possamos assim desenvolver uma ação política no sentido de criar condições, para que tenhamos um clima adequado de trabalho, prosperidade e justiça para todos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é só registrar que a ave tucana, tem uma característica quando ela entra, ela voa de bando, e quando ela sai, ela sai de dupla.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como líder do PSDB e tenho certeza que expresso a vontade da maioria da Bancada, é com grande tristeza que nós recebemos oficialmente a saída dos Deputados Edgard Bueno e Joel Coimbra, do nosso Partido.

Nós particularmente, sempre procuramos prezar antes de tudo, não somente pelo relacionamento político, mas também pelo relacionamento de amizade que fizemos dentro da Bancada ao longo do tempo.

O Deputado Joel Coimbra entrou há poucos meses no Partido não tivemos um relacionamento tão intenso.

Mas em particular, com o Deputado Edgard Bueno, onde, como disse anteriormente, nós tivemos um relacionamento não somente no relacionamento partidário, político, mas também um relacionamento de amizade, quero que você saiba, Edgard Bueno que é com tristeza que vejo a tua saída, mas não poderia deixar de que você saiba que a política é passageira, mas as amizades ficam e que essa amizade não é somente do Deputado Cezar Silvestri, mas também da minha esposa Cristina, dos meus filhos, meus irmãos, de todos aqueles que aprenderam te admirar ao longo do tempo.

O SR. WALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente, como Líder do PDT, quero aproveitar para saudar os dois novos companheiros.

Mas, antes de saudá-los, quero cumprimentar o Deputado Cezar Silvestri, pela forma como se pronunciou e também dizer a ele, Líder do PSDB, que ele sabe do respeito que nós temos pela sua pessoa, pela sua atitude, pela forma com que sempre tem tratado as coisas públicas.

Então, fica aqui, não tem nada de pessoal, mas tem sim, o Deputado Cesar Silvestri como Líder de um Partido, tem da Bancada do PDT, todo o respeito e admiração, que merece dessa Bancada, e não poderíamos deixar passar em branco, de convi-

dar a todos os Senhores Deputados para que prestigiassem esse ato político que engrandece o PDT do Paraná, e que vem, tenho certeza absoluta, em nome de todos os Deputados do PDT, posso dizer que os Deputados Joel Coimbra e Edgard Bueno, vêm acrescentar, e muito, a Bancada do PDT.

São bem-vindos e tenho certeza absoluta, que junto com essa Bancada de dez Deputados, mais o Joel, mais o Edgard, poderemos fazer um grande trabalho em favor da população paranaense.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, rapidamente quero cumprimentar o Deputado Edgard Bueno, da nossa região e o Deputado Joel Coimbra, lamento na casa dos outros, a saída do PSDB, mas sou obrigado congratular com a entrada dos dois no PDT.

São dois Partidos democráticos, mas o que mais importa é o comportamento tão combativo desses dois Deputados.

Acho que essa ciranda de partidos políticos, não desmerece a atuação equilibrada de cada um dos nossos parlamentares.

E Deus permita que exatamente a política do Brasil, comece a declinar, para comportamentos ideológicos, para que nós possamos ter partidos fortes, partidos combativos e que representem os segmentos da sociedade.

Lamento pelo PSDB, parabênizo o PDT em nome da nossa Bancada a esses colegas que hoje assinarão a sua sigla, e boa sorte no futuro político de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Rosinha, a Mesa avisa que a Sessão de amanhã e de sexta-feira, será no horário regimental, isto é, às 14:30.

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Hoje nós encerramos a CPI do Porto de Paranaguá, quero aproveitar nas explicações pessoais, para dar algum informe aos Senhores Deputados, uma vez que fui o relator desta Comissão.

Esta Comissão durou 161 dias úteis, teve dezessete reuniões ordinárias abertas, 29 reuniões ordinárias informais, tivemos 47 horas e vinte e cinco minutos de depoimentos, 830 folhas taquigrafadas, dezenove mil folhas de documentos e processos de ações trabalhistas analisados, ouvimos trinta e uma pessoas, e após todo esse tempo de trabalho assessorados por Roberto Kroska e Antonio Duarte Costa Cunha, este até 30.09.95, pelas Advogadas Isabel Kugler Mendes (Assessora da Lide-

rança do Governo) e Idília Debora Gineste (Assessora da Coordenação de Apoio às Comissões), esta Comissão concluiu seus trabalhos e já entregamos o relatório, eu, junto com o Presidente Algaci Túlio, à Mesa Executiva. Compuseram esta Comissão, foram indicados pelos Partidos, Algaci Túlio, Ricardo Chab e eu, Reny Borsatto, Augustinho Zuchi, Eduardo Trevisan e Durval Amaral.

Nas conclusões aprovadas hoje, que não foi a proposta do Relator, mas a que foi aprovada hoje, com voto contrário deste Relator: (Lê):

Incorreram, em Crime de Responsabilidade Pública, por omissão e na prática de ato de improbidade administrativa (CF, art. 37, parágrafo 4º da Lei nº 8.429/93, arts. 10 e 11):

- 1) Ex-Governador:
. Roberto Requião de Mello e Silva
- 2) Ex-Secretário de Estado dos Transportes
. Mário Pereira
- 3) Ex-Procurador Geral do Estado, no Governo Roberto Requião
- 4) Ex-Superintendentes da APPA:
. Mário Marcondes Lobo
. José Carlos Senden Júnior
- 5) Ex-Diretor Administrativo/Financeiro da APPA
. Álvaro Miguel Rychuv
- 6) Ex-chefe do Departamento de Informática
. Carlos Hideo Hossaka

Por improbidade administrativa corroborando a Ação Civil Pública, e a Ação Cautelar de Arresto, Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal, propostas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, com fundamento nas Leis 8.625/93, 7.347/85, 8.429/92, Decreto-Lei 2.300/86, e arts. 822, IV e 825 do Código de Processo Civil.

- . 1) IT - Companhia Internacional de Tecnologia
- . 2) Adson Silva de Carvalho
- . 3) José Ceciliano Costa Lima Marques
- . 4) Koiti Sasaya
- . 5) Mário Marcondes Lobo
- . 6) Carlos Hideo Hossaka
- . 7) Abílio Jorge Coimbra Serur
- . 8) Paulo Eduardo Wanke
- . 9) José Carlos Senden Júnior
- . 10) Álvaro Miguel Rychuv

Por crime de responsabilidade por atentarem contra os princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade (art. 37-CF) e realizarem con-

trato de prestação de serviço com o Estado (art. 29-CE).

1. Mário Marcondes Lobo
2. Arquimedes Anastácio.

Este relatório é o que foi aprovado por quatro votos a um. E mais, não votando o Presidente desta Comissão, uma vez que ele é "voto de minerva", acabamos não votando.

Então, a grande unanimidade dos Senhores Deputados presentes, aprovaram o relatório.

Uso desse horário, Senhor Presidente, para fazer a comunicação a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Anuncio para amanhã, na Sessão Ordinária, a votação dos projetos.
Sessão Encerrada.

Sobre a mesa, requerimento n° 3927, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.